

1 ESQUADRAO DE CAVALARIA LEVE

Termo de Referência 30/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
30/2026	160338-1 ESQUADRAO DE CAVALARIA LEVE	GUILHERME TORRES GOMES MONTEIRO	05/05/2026 13:03 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Capacitação		64517.000675/2026-69

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64517.000675/2026-69)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Contratação contratação de empresa especializada para Formação/ Habilitação de Condutores na categoria A, B, D e E, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: 1º esquadrão de Cavalaria Leve (Aeromóvel) - R. Comendador Antônio Jannuzzi - Belo Horizonte, Valença - RJ, 27600-000.						
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE	CATSER	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na categoria A, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e					

1	entrega de documentação junto ao DETRAN /RJ, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador veicular, marcação das provas e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	30	2.165,66	64.969,80
2	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na categoria B, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN /RJ, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador veicular, marcação das provas e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	20	3.141,80	62.836,00
3	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de condutores de veículo automotora categoria D, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/RJ, pagamento de todos exames previstos, curso completo,	UND	16853	10	3.514,16	35.141,60

	marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.					
4	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de condutores de veículo automotora categoria E, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/RJ, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	01	2.716,30	2.716,30
TOTAL						165.663,70

Órgão Participante: 2º Batalhão de Infantaria Leve (Aeromóvel) - Av. Antônio Emmerich, 975 - Vila Cascatinha, São Vicente - SP, 11370-001.

item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE	CATSER	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
5	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na categoria A, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador	UND	16853	11	2.165,66	23.822,26

	veicular, marcação das provas e acompanhamento do instrutor na prova prática.					
6	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na categoria B, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador veicular, marcação das provas e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	8	3.141,80	25.134,40
7	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de condutores de veículo automotora categoria D, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	4	3.514,16	14.056,64
TOTAL						63.013,30
Órgão Participante: 12º Companhia de Engenharia de Combate Leve (Aeromóvel) -Avenida Doutor Antônio Pinheiro Júnior, s/n - Jardim Cristina, Pindamonhangaba/SP						
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE	CATSER	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na categoria B, conforme					

8	Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador veicular, marcação das provas e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	21	2.165,66	45.478,86
9	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de condutores de veículo automotora categoria D, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	28	3.141,80	87.970,40
10	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de condutores de veículo automotora categoria E, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	16	3.514,16	56.226,56
TOTAL						189.675,82
Órgão Participante: 22º Batalhão Logístico Leve (Aeromóvel) - Estr. Velha de Itapevi, S/N - km 29 - Jardim Maria Helena, Barueri - SP, 06444-000						

item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE	CATSER	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
11	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na categoria B, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador veicular, marcação das provas e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	22	3.141,80	69.119,60
12	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de condutores de veículo automotora categoria D, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	45	3.514,16	158.137,20
13	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de condutores de veículo automotora categoria E, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento	UND	16853	3	2.716,30	8.148,90

	de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.					
TOTAL						235.405,70
Órgão Participante: Comando da Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) - R. Marquês de Herval, 109 - Centro, Caçapava - SP, 12281-510						
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE	CATSER	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
14	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na categoria A, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador veicular, marcação das provas e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	12	2.165,66	25.987,92
15	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na categoria B, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador veicular, marcação das provas e	UND	16853	14	3.141,80	43.985,20

	acompanhamento do instrutor na prova prática.					
16	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de condutores de veículo automotora categoria D, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	6	3.514,16	21.084,96
17	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de Escola condutores de veículo automotora categoria E, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	26	2.716,30	70.623,80
TOTAL						161.681,88
Órgão Participante: 5º Batalhão de Infantaria Leve (Aeromóvel) - Av. Mal. Argôlo, 19 - Cruz, Lorena - SP, 12604-440.						
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE	CATSER	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na					

18	categoria A, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço, agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador veicular, marcação das provas e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	10	2.443,333	24.433,333
19	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na categoria B, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço, agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador veicular, marcação das provas e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	10	3.052,58	30.525,80
20	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de condutores de veículo automotora categoria D, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço, agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	10	3.514,1667	35.141,667

21	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de Escola condutores de veículo automotora categoria E, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	05	2.750,2467	13.751,2335
TOTAL						103.852,03

Órgão Participante: 20º Grupo de Artilharia de Campanha Leve (Aeromóvel) - Estrada Velha de Jandira km 29 S/N - Jardim Belval , Barueri-SP.

item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE	CATSER	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
22	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na categoria A, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador veicular, marcação das provas e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	10	2.165,66	21.656,60
	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na					

23	categoria B, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador veicular, marcação das provas e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	20	3.141,80	62.836,00
24	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de condutores de veículo automotora categoria D, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	5	3.514,16	17.570,80
25	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de Escola condutores de veículo automotora categoria E, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/SP, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	5	2.716,30	13.581,50
TOTAL						115.644,90

Órgão Participante: 2º Regimento de Cavalaria de Guarda - Avenida Duque de Caxias nº 2660, Vila Militar, Rio de Janeiro-RJ.

item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE	CATSER	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
26	Contratação de Serviço de Auto Escola para formar condutores de veículo automotor na primeira habilitação na categoria B, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/RJ, pagamento de todos exames previstos, curso completo incluindo aula em simulador veicular, marcação das provas e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	5	3.141,80	15.709,00
27	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH de condutores de veículo automotora categoria D, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA), agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/RJ, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	10	3.514,16	35.141,60
	Contratação de Serviço de Auto para mudar à CNH deEscola condutores de veículo automotora categoria E, conforme Resoluções do CONTRAN, incluindo pagamento de taxa de serviço (DUDA),					

28	agendamento e entrega de documentação junto ao DETRAN/RJ, pagamento de todos exames previstos, curso completo, marcação e acompanhamento do instrutor na prova prática.	UND	16853	10	2.716,30	27.163,00
TOTAL						78.013,60

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto da presente contratação refere-se à prestação de serviços de autoescola, compreendendo a formação, capacitação e/ou habilitação de condutores, com fornecimento de aulas teóricas e práticas, disponibilização de instrutores credenciados, veículos adequados à categoria pretendida e demais requisitos exigidos pela legislação de trânsito vigente.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o objeto pode ser classificado como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, regulamentações específicas e critérios claros de execução.

Trata-se de serviço padronizado e amplamente ofertado no mercado, executado por Centros de Formação de Condutores devidamente credenciados junto ao órgão executivo de trânsito estadual, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e pelo respectivo DETRAN. Os procedimentos, cargas horárias, conteúdo programático, etapas de avaliação e exigências técnicas são previamente definidos pela regulamentação vigente, o que reduz a variabilidade na execução.

Dessa forma, a contratação não apresenta elevado grau de complexidade técnica, tampouco demanda soluções inovadoras ou desenvolvimento intelectual específico, sendo caracterizada pela execução de atividades operacionais previamente normatizadas. A eventual variação entre fornecedores restringe-se à qualidade operacional, infraestrutura e capacidade de atendimento, aspectos passíveis de verificação objetiva.

Assim, conclui-se que o objeto possui baixo grau de heterogeneidade e baixa complexidade técnica, enquadrando-se como serviço comum, apto à contratação mediante procedimento licitatório compatível com essa natureza, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. Quanto ao modelo de execução, o serviço será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, considerando que a remuneração da contratada estará vinculada à quantidade efetivamente demandada de candidatos encaminhados para formação e às etapas concluídas (aulas teóricas, aulas práticas, exames e demais procedimentos previstos na legislação).

A execução ocorrerá nas dependências da contratada, devidamente credenciada pelo órgão executivo de trânsito estadual e em conformidade com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), observando-se os requisitos técnicos, carga horária, conteúdo programático e critérios de avaliação estabelecidos na regulamentação vigente.

O modelo adotado caracteriza-se como prestação de serviço continuado por demanda, uma vez que a necessidade de formação de condutores poderá ocorrer ao longo da vigência contratual, de acordo com o interesse e planejamento administrativo da contratante, não havendo obrigatoriedade de consumo mínimo além do estimado para fins de planejamento orçamentário.

A fiscalização contratual será realizada por representante formalmente designado pela Administração, a quem competirá acompanhar a execução, verificar o cumprimento das exigências legais e contratuais, atestar a realização dos serviços e autorizar o pagamento proporcional aos serviços efetivamente prestados.

Dessa forma, o modelo de execução mostra-se adequado à natureza do objeto, garantindo flexibilidade administrativa, controle quantitativo da demanda e pagamento vinculado ao efetivo cumprimento das etapas previstas, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Prazo de vigência

1.5. A duração inicial do contrato será de 12(doze) meses, a partir da assinatura do contrato. Sendo que a partir do seu vencimento, havendo a intenção de renovação entre as partes, contratante e contratada, poderá ser prorrogada por mais 12 meses, sendo essa prorrogação permitida de 12 em 12 meses, até o limite de 48 meses, totalizando um período total de 60 meses, com base no art. 105 da Lei nº 14.133/21, tendo como possibilidade os ajustes futuros nos valores cobrados em futuros Termos Aditivos devido à possíveis mudanças nas Portarias do CONTRAN e tendo os novos valores atrelados ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo adaptado aos novos modelos exigidos em Portarias para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, bem como a mudança de categoria.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. **ID PCA no PNCP:** 00394452000103-0-000024/2026 ;
- II. **Data de publicação no PNCP:** 15/04/2025 ;
- III. **Id do item no PCA:** 1144, 1145, 1146 e 1147;
- IV. **Classe/Grupo:** 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO;
- V. **Identificador da Futura Contratação:** 160338-58/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de autoescola mostra-se medida adequada e vantajosa à Administração Pública, considerando as características da demanda e a necessidade de atendimento às Organizações Militares participantes.

3.2 Inicialmente, destaca-se que os serviços pretendidos possuem natureza continuada, porém com execução sob demanda, não sendo possível definir, com precisão, o quantitativo exato a ser utilizado ao longo do período de vigência contratual. Tal característica recomenda a utilização do SRP, que possibilita maior flexibilidade na contratação, permitindo à Administração realizar as aquisições conforme a necessidade efetiva, evitando contratações excessivas ou ociosidade de recursos.

3.3 Ademais, o modelo centralizado, tendo como Unidade Gerenciadora o 1º Esquadrão de Cavalaria Leve (UASG 160338) e a participação de outras Organizações Militares, promove ganhos de escala, padronização dos serviços e

racionalização dos procedimentos administrativos. Essa sistemática contribui para maior eficiência, economicidade e otimização dos recursos públicos, uma vez que concentra a condução do certame em um único órgão, reduzindo custos operacionais e retrabalho.

3.4 Outro ponto relevante refere-se à possibilidade de atendimento simultâneo de múltiplas unidades administrativas, cujas demandas apresentam similaridade quanto ao objeto contratado. O SRP, nesse contexto, revela-se instrumento eficaz para consolidar essas necessidades, proporcionando maior competitividade no certame e potencial redução de preços.

3.5 No que tange à fundamentação legal, a adoção do SRP encontra amparo na Lei 14.133/2021, que prevê a utilização desse sistema para contratações em que haja necessidade de aquisições frequentes, entrega parcelada ou impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato a ser demandado. Ademais, o instituto é regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023, que estabelece as diretrizes para sua aplicação no âmbito da Administração Pública Federal.

3.6 Diante do exposto, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços é a alternativa mais adequada para a presente contratação, por atender aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, bem como por proporcionar maior flexibilidade na execução contratual, garantindo o atendimento das demandas das Organizações Militares participantes de forma eficaz e vantajosa para a Administração Pública.

3.7 A empresa a ser contratada deverá estar devidamente credenciada junto ao órgão executivo de trânsito competente, observando integralmente a legislação vigente aplicável à formação de condutores, especialmente as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito e pelo Departamento Nacional de Trânsito (ou órgão que o substitua).

3.8 A solução contempla todas as etapas necessárias ao processo de habilitação ou regularização da habilitação de condutores indicados pela Administração, podendo incluir, conforme a demanda institucional, a realização de cursos teóricos, aulas práticas de direção veicular, fornecimento de material didático, disponibilização de instrutores credenciados, veículos apropriados para instrução e acompanhamento dos candidatos nas etapas exigidas pelos órgãos de trânsito competentes, até a conclusão do processo de habilitação, adição ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação.

3.9 No que se refere ao ciclo de vida da contratação, a solução abrange as seguintes fases:

3.9.1 Planejamento da contratação:

Realização dos estudos técnicos preliminares, levantamento da demanda institucional e consolidação das necessidades dos órgãos participantes da Intenção de Registro de Preços, conduzidos pela UASG gerenciadora, visando à adequada definição do objeto, estimativa de quantitativos e elaboração dos instrumentos de planejamento da contratação.

3.9.2 Seleção do fornecedor:

Realização de procedimento licitatório, preferencialmente na modalidade pregão, para registro de preços, observando os princípios da economicidade, competitividade e eficiência, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

3.9.3 Execução contratual:

Após a formalização da Ata de Registro de Preços, os serviços serão demandados conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de instrumento contratual ou documento equivalente, sendo executados pela empresa registrada de acordo com os quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência e na legislação de trânsito vigente.

3.9.4 Acompanhamento e fiscalização:

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, responsável por verificar a conformidade dos serviços prestados, a qualidade da instrução oferecida, o cumprimento das exigências legais e contratuais e a adequada utilização dos recursos públicos.

3.9.5 Encerramento da contratação:

O ciclo de vida da contratação será concluído com a verificação do cumprimento das obrigações contratuais, a avaliação da execução do objeto, o arquivamento da documentação pertinente e o registro das informações relevantes para subsidiar futuras contratações.

3.10 Dessa forma, a solução proposta visa garantir a formação e qualificação adequada de condutores indicados pela Administração, contribuindo para a segurança na condução de veículos oficiais e para a melhoria da eficiência das atividades institucionais que demandam deslocamento e operação de viaturas, ao mesmo tempo em que assegura a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento nas contratações públicas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A presente contratação observará os princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à promoção do desenvolvimento nacional sustentável, à racionalização do uso de recursos e à mitigação de impactos ambientais decorrentes da execução contratual.

Considerando que o objeto consiste na prestação de serviços de Centro de Formação de Condutores (Autoescola), as práticas sustentáveis aplicáveis concentram-se principalmente na execução das aulas teóricas e práticas, bem como na gestão administrativa da contratada.

Nesse sentido, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I – Uso racional de recursos naturais, com adoção de medidas para redução do consumo de água, energia elétrica e combustíveis;

II – Gestão adequada de resíduos, especialmente quanto ao descarte correto de materiais administrativos, óleos lubrificantes, pneus e demais resíduos automotivos, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

III – Preferência por veículos com menor emissão de poluentes, devidamente regulados e com manutenção preventiva em dia, contribuindo para a redução da emissão de gases de efeito estufa;

IV – Digitalização de processos e documentos, sempre que possível, a fim de reduzir o consumo de papel nas atividades administrativas e pedagógicas;

V – Manutenção preventiva periódica da frota, garantindo eficiência energética, segurança veicular e menor impacto ambiental;

VI – Observância às normas ambientais federais, estaduais e municipais aplicáveis à atividade.

Ressalta-se que tais exigências não restringem a competitividade do certame, uma vez que se tratam de práticas usuais de mercado e compatíveis com a atividade regularmente exercida por Centros de Formação de Condutores.

Dessa forma, a contratação alinha-se às diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública, promovendo a execução do objeto de maneira ambientalmente responsável, socialmente adequada e economicamente viável, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas.

Subcontratação

4.2. Somente será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, para a contratação de serviço de instrutores autônomos devidamente para as aulas práticas.

4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.7. Considerando que o objeto desta contratação refere-se à prestação de serviços de formação e habilitação de condutores por meio de Centro de Formação de Condutores (Autoescola), de natureza comum e com execução sob demanda, bem como o baixo grau de complexidade técnica e operacional do serviço, não será exigida garantia contratual, uma vez que tal exigência poderia restringir a competitividade do certame sem trazer benefícios proporcionais à Administração.

Ressalta-se que a execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representante designado pela Administração, o qual registrará eventuais ocorrências e adotará as medidas cabíveis para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Vistoria

4.8. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: no máximo 15 dias da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. A execução dos serviços de formação de condutores deverá ocorrer de acordo com a legislação vigente do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e do órgão executivo de trânsito estadual (DETRAN), observando-se os procedimentos pedagógicos e operacionais necessários para a adequada habilitação dos militares/servidores indicados pela Administração.

5.1.3. A empresa contratada deverá disponibilizar estrutura administrativa, pedagógica e operacional adequada para a execução das atividades teóricas e práticas de formação de condutores, contemplando as seguintes etapas:

5.1.4. Inicialmente, será realizada a matrícula do candidato no sistema do DETRAN, com abertura do processo de habilitação, cadastramento biométrico e demais procedimentos administrativos exigidos pelo órgão de trânsito competente. Nesta etapa também será prestada orientação ao candidato acerca das fases do processo de habilitação.

5.1.5. Posteriormente, será ministrado o curso teórico-técnico, contemplando os conteúdos previstos na legislação de trânsito, incluindo legislação de trânsito, direção defensiva, primeiros socorros, meio ambiente e cidadania no trânsito, bem como noções de funcionamento do veículo. As aulas teóricas poderão ser realizadas de forma presencial ou remota, conforme regulamentação vigente do CONTRAN e do DETRAN, devendo ser utilizadas metodologias pedagógicas adequadas, com apoio de recursos audiovisuais, plataformas digitais de ensino, simuladores ou outros instrumentos didáticos que favoreçam o processo de aprendizagem.

5.1.6. Concluída a etapa teórica, o candidato será submetido à avaliação teórica oficial junto ao órgão executivo de trânsito, sendo responsabilidade da contratada realizar o agendamento da prova e orientar os candidatos quanto aos procedimentos necessários.

5.1.7. Após a aprovação na prova teórica, será iniciada a fase de instrução prática de direção veicular, que consistirá na realização de **20 Horas - aulas práticas** ministradas por instrutores devidamente credenciados. As aulas serão realizadas em veículos apropriados para aprendizagem, devidamente identificados como veículos de autoescola, equipados com duplo comando de freio e embreagem, e em perfeitas condições de segurança e funcionamento.

5.1.8. Durante as aulas práticas, serão abordados conteúdos como controle do veículo, técnicas de condução, circulação em vias urbanas, estacionamentos, manobras, condução em diferentes condições de tráfego e aplicação das normas de trânsito. As aulas deverão ser conduzidas de forma progressiva, garantindo a assimilação adequada das técnicas de direção.

5.1.9. Concluída a carga horária determinada de aulas práticas, a empresa contratada deverá realizar o agendamento do exame prático de direção veicular junto ao DETRAN, acompanhando o candidato no dia da avaliação, disponibilizando veículo adequado para a realização da prova.

5.1.10. Caso o candidato não seja aprovado na primeira tentativa, a contratada deverá providenciar o reagendamento do exame, bem como aulas adicionais de reforço, quando necessário, observadas as condições contratuais estabelecidas.

5.1.11. cabe ressaltar que será pago pela administração se comprovado que a causa da reprovação foi provocada pela própria Administração, devido a acionamento para escalas de serviço ou outras necessidades da OM, por exemplo. Se for verificado que a reprovação teve causa por negligência do próprio militar, este será responsabilizado administrativamente e arcará com os custos de reprova. Por outro lado, se o motivo da reprovação não for por nenhum dos motivos acima descritos, a contratada arcará com as despesas de, no máximo, 1 (uma) reprovação.

5.2 Tecnologias e recursos utilizados

5.2.1. Para a execução dos serviços, a contratada deverá utilizar sistemas informatizados compatíveis com os sistemas do DETRAN, possibilitando o acompanhamento do processo de habilitação, registro de aulas, controle de frequência e agendamento de exames.

5.2.2. Também poderão ser utilizados recursos tecnológicos como:

- 5.2.2.1. plataformas digitais de ensino para aulas teóricas;
- 5.2.2.2. projetores, computadores e material audiovisual;
- 5.2.2.3. simuladores de direção veicular, quando exigidos pela regulamentação vigente;
- 5.2.2.4. sistemas de controle biométrico de presença.

5.3. Frequência e periodicidade de execução

5.3.1. A execução das atividades ocorrerá de acordo com a demanda da Administração, mediante indicação dos candidatos a serem habilitados.

5.3.2. As aulas teóricas deverão ocorrer em cronograma previamente estabelecido pela contratada, respeitando a carga horária mínima definida pela legislação de trânsito.

5.3.3. As aulas práticas de direção deverão ser realizadas conforme disponibilidade dos candidatos e da contratada, podendo ocorrer em dias úteis e, quando necessário, aos finais de semana, observando-se o número de aulas previstas na contratação.

5.3.4. O cronograma completo de formação deverá ser organizado de forma a garantir a conclusão do processo de habilitação dentro do prazo de validade do processo junto ao DETRAN, atualmente estabelecido em até 12 meses, salvo alteração normativa.

5.4. Procedimentos de acompanhamento e controle

5.4.1. A contratada deverá manter registro atualizado de todas as etapas realizadas por cada candidato, incluindo matrícula, frequência nas aulas teóricas e práticas, avaliações e agendamentos de exames.

5.4.2. A Administração poderá solicitar relatórios periódicos contendo o andamento dos processos de habilitação, carga horária cumprida, situação dos candidatos e previsão de conclusão das etapas.

5.4.3. O cronograma de execução deverá observar, de forma geral, as seguintes etapas:

5.4.3.1. Matrícula e abertura do processo de habilitação junto ao órgão executivo de trânsito competente;

5.1.3.2. Realização do curso teórico-técnico, com carga horária conforme exigência da legislação vigente;

5.1.3.3. Agendamento e realização das aulas práticas (20H) de direção veicular, respeitando a carga horária mínima estabelecida para a categoria pretendida;

5.1.3.4. Agendamento dos exames junto ao órgão de trânsito competente, quando aplicável.

5.4.4. Os prazos para realização de cada etapa dependerão da disponibilidade de agenda do Centro de Formação de Condutores e do órgão executivo de trânsito responsável, devendo a contratada envidar esforços para que todo o processo de formação seja concluído no menor prazo possível, respeitando os requisitos legais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito.

5.4.5. A Administração poderá acompanhar o cumprimento do cronograma por meio do fiscal do contrato, podendo solicitar ajustes sempre que necessário para garantir a adequada execução dos serviços contratados.

5.5. Local e horário da prestação dos serviços

5.5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: no endereço da contratada;

5.5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: no horário comercial da contratada.

5.6. Rotinas a serem cumpridas

5.6.1 A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.7. Materiais a serem disponibilizados

5.7.1. Para a realização das aulas teóricas, deverão ser utilizados recursos didáticos apropriados, tais como material pedagógico atualizado, apostilas, recursos audiovisuais, equipamentos multimídia, quadros demonstrativos e demais instrumentos que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos relacionados à legislação de trânsito, direção defensiva, primeiros socorros, meio ambiente e cidadania no trânsito, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito.

5.7.2. Para a realização das aulas práticas, a contratada deverá disponibilizar veículos automotores adequados à categoria de habilitação pretendida, devidamente registrados, licenciados, segurados e adaptados para instrução, contendo todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação de trânsito vigente.

5.7.3. Os veículos utilizados nas instruções práticas deverão estar em boas condições de uso e conservação, realizando-se regularmente as manutenções preventivas e corretivas necessárias, de modo a garantir a segurança dos alunos e instrutores durante as atividades práticas.

5.7.4. Todos os materiais e equipamentos utilizados deverão estar em conformidade com as normas e exigências estabelecidas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito, em especial pelo Conselho Nacional de Trânsito, sendo de inteira responsabilidade da contratada a sua disponibilização, manutenção e substituição quando necessário.

5.8. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8.1. A demanda decorre da existência de militares/servidores que ainda não possuem habilitação na categoria exigida para condução de determinados veículos da frota oficial, bem como da necessidade de atualização ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação, de modo a atender às demandas operacionais do órgão.

5.8.2. A estimativa da demanda foi estabelecida com base no levantamento interno realizado pela Administração, considerando o quantitativo de militares/servidores que necessitam realizar o processo de formação ou habilitação, bem como a previsão de futuras necessidades durante o período de vigência do contrato.

5.9. Responsabilidade por cada fase do procedimento expropriatório: a execução do objeto deverá observar as responsabilidades atribuídas às partes envolvidas em cada fase do processo de formação e habilitação de condutores, conforme as normas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Trânsito e pelas diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito.

5.9.1 Compete à Administração Contratante:

- 5.9.1.1 indicar formalmente os militares/servidores que participarão do processo de habilitação;
- 5.9.1.2 encaminhar à contratada as informações necessárias para matrícula dos candidatos;
- 5.9.1.3 acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor designado como fiscal do contrato;
- 5.9.1.4 efetuar o pagamento pelos serviços prestados, conforme as condições estabelecidas no contrato.

5.9.2 Compete à Contratada (Centro de Formação de Condutores – CFC):

- 5.9.2.1 realizar a matrícula dos candidatos indicados pela Administração junto ao órgão executivo de trânsito competente;
- 5.9.2.2 ministrar o curso teórico-técnico e as aulas práticas de direção veicular, conforme a carga horária mínima estabelecida pela legislação vigente;
- 5.9.2.3 disponibilizar instrutores devidamente habilitados e credenciados;
- 5.9.2.4 disponibilizar veículos adequados e regularmente licenciados para a realização das aulas práticas;
- 5.9.2.5 providenciar o agendamento dos exames necessários junto ao órgão de trânsito competente;
- 5.9.2.6 assegurar que todas as etapas do processo de formação sejam executadas em conformidade com a legislação vigente e as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito.

5.9.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados por representante designado pela Administração, que registrará eventuais ocorrências e adotará as medidas necessárias para garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

5.9.4. A contratada será responsável por quaisquer danos causados a terceiros ou à Administração decorrentes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de seus empregados, instrutores ou prepostos, durante a execução dos serviços, ficando obrigada a promover o ressarcimento ou pagamento das indenizações cabíveis.

5.9.5. A contratada também responderá por eventuais danos materiais, pessoais ou morais ocasionados durante a realização das aulas práticas de direção veicular, bem como por quaisquer prejuízos decorrentes da utilização dos veículos empregados na instrução, devendo manter os veículos devidamente regularizados, segurados e em condições adequadas de segurança.

5.9.6. A responsabilidade da contratada abrange ainda o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária por tais encargos, conforme disposto na Lei nº 14.133.

5.9.7. Eventuais indenizações decorrentes de acidentes ou danos ocorridos durante a execução dos serviços deverão ser assumidas integralmente pela contratada, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

5.9.8. Distribuição objetiva de riscos entre as partes: considerando a natureza do objeto, caracterizado como prestação de serviços comuns de formação e habilitação de condutores, os riscos relacionados à execução contratual serão distribuídos da seguinte forma:

5.10. Riscos de responsabilidade da contratada:

- 5.10.1 indisponibilidade de instrutores ou profissionais necessários à execução do serviço;
- 5.10.2 falhas na prestação das aulas teóricas ou práticas;
- 5.10.3 indisponibilidade ou inadequação dos veículos utilizados nas aulas práticas;
- 5.10.4 descumprimento da carga horária estabelecida neste documento;
- 5.10.5 danos causados a terceiros durante a execução das atividades;
- 5.10.6 encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

5.11 Riscos de responsabilidade da Administração:

- 5.11.1 atraso na indicação dos militares ou servidores que participarão do processo de habilitação;
- 5.11.2 atraso no pagamento dos serviços devidamente executados;
- 5.11.3 alterações nas necessidades institucionais que impactem o quantitativo estimado da contratação.

5.12 Riscos compartilhados entre as partes:

- 5.12.1 alterações na legislação ou nas normas do Sistema Nacional de Trânsito que possam impactar a execução do serviço;
- 5.12.2 indisponibilidade de agenda para realização de exames junto ao órgão executivo de trânsito competente.

5.13. A identificação e distribuição desses riscos têm por objetivo garantir maior previsibilidade na execução contratual, estabelecendo responsabilidades claras entre as partes envolvidas.

Especificação da garantia do serviço

5.14. *O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.15. Ao término da vigência contratual, a contratada deverá concluir todas as atividades que tenham sido devidamente iniciadas durante o período de execução do contrato, garantindo a continuidade do processo de formação e habilitação dos candidatos indicados pela Administração.

5.16. Caso existam militares ou servidores que tenham iniciado o processo de habilitação e ainda não tenham concluído todas as etapas previstas na legislação de trânsito vigente, a contratada deverá adotar as providências necessárias para a finalização das aulas teóricas e práticas já iniciadas, bem como orientar os candidatos quanto aos procedimentos necessários para a realização dos exames junto ao órgão executivo de trânsito competente.

5.17. A contratada deverá também fornecer à Administração todas as informações necessárias relacionadas à execução do objeto, tais como relatórios de participação, registros de aulas ministradas e demais documentos que comprovem a prestação dos serviços.

5.18. A Administração, por sua vez, realizará a verificação da execução dos serviços prestados, por meio do fiscal do contrato designado, a fim de atestar o cumprimento das obrigações contratuais e proceder às medidas administrativas necessárias para o encerramento do contrato.

5.19. Eventuais pendências identificadas deverão ser regularizadas pela contratada antes da finalização definitiva do contrato, em conformidade com as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.6. A contratada deverá designar formalmente um preposto, que será o responsável por representá-la perante a Administração durante toda a execução do contrato, atuando como principal interlocutor para tratar de assuntos relacionados à prestação dos serviços.

O preposto deverá possuir autonomia e capacidade para prestar esclarecimentos, receber orientações da Administração, solucionar questões operacionais e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

A indicação do preposto deverá ser realizada no início da execução do contrato, mediante comunicação formal à Administração, contendo nome completo, função, telefone e endereço eletrônico para contato.

O preposto deverá manter contato permanente com o fiscal do contrato designado pela Administração, a fim de garantir o adequado acompanhamento da execução dos serviços e a rápida solução de eventuais ocorrências.

A atuação do preposto não exime a contratada de suas responsabilidades contratuais e legais decorrentes da execução do objeto, conforme as disposições previstas na Lei nº 14.133.

6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período das aulas em andamento*.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A medição dos serviços será realizada com base na efetiva prestação dos serviços contratados, considerando as etapas do processo de formação e habilitação de condutores devidamente executadas pela contratada.

7.2. Para fins de comprovação da execução dos serviços, a contratada deverá apresentar documentação que demonstre a realização das atividades previstas, tais como registros de matrícula dos candidatos, frequência nas aulas teóricas e práticas, relatórios de aulas ministradas e demais comprovantes pertinentes ao processo de habilitação.

7.3. O pagamento será efetuado pela Administração após o atesto do fiscal do contrato, designado para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal ou documento equivalente pela contratada, devidamente acompanhado da documentação comprobatória da prestação dos serviços.

7.4. Os pagamentos serão realizados conforme as condições estabelecidas no contrato e de acordo com a legislação vigente aplicável às contratações públicas, especialmente o disposto na Lei nº 14.133.

7.5. Caso sejam constatadas inconsistências ou irregularidades na execução dos serviços ou na documentação apresentada, o pagamento poderá ser suspenso até a devida regularização por parte da contratada.

7.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.6.1 não produziu os resultados acordados,

7.6.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.6.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.7. O recebimento ocorrerá mediante a conferência, pelo fiscal do contrato designado pela Administração, da documentação comprobatória da execução dos serviços, incluindo registros de matrícula dos candidatos, frequência nas aulas teóricas e práticas, bem como demais evidências que comprovem a realização das etapas do processo de formação de condutores.

7.8. Após a verificação da conformidade dos serviços prestados, o fiscal do contrato emitirá o atesto na documentação apresentada pela contratada, autorizando o prosseguimento dos procedimentos administrativos para fins de pagamento.

7.9. Caso sejam identificadas irregularidades ou inconformidades na execução dos serviços, a contratada será notificada para realizar as devidas correções ou complementações, no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação de eventuais sanções previstas no contrato.

7.10 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.11. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.12. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.13. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.14 Para efeito de recebimento provisório, será considerado, para fins de faturamento, o período correspondente aos serviços efetivamente prestados pela contratada durante o intervalo estabelecido para medição, devidamente comprovados por meio de relatórios, registros de aulas ministradas, lista de presença dos alunos e demais documentos que evidenciem a execução das atividades previstas no contrato.

7.15 Ao final de cada período de medição, a contratada deverá encaminhar ao fiscal do contrato a documentação comprobatória da prestação dos serviços, juntamente com a respectiva nota fiscal ou documento equivalente, para fins de análise e atesto.

7.16 Após a verificação da conformidade dos serviços executados com as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência, o fiscal do contrato realizará o recebimento provisório, autorizando o prosseguimento dos trâmites administrativos para pagamento.

7.17. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.17.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.18. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.19. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.20. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.21. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.[A8]

7.22. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.23. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.24. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (*trinta*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.24.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.24.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.24.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.24.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.24.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.25. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.26. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.27 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.28. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.29. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.30. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.31. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.32. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.33. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.33.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.33.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.34. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.35. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.36. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.37. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.38. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.39. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.40. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.41. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.42. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.42.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.43. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.76. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/12/2025.

7.77 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

7.78. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.79. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. 18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Cessão de Crédito

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente

sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 0,2 (dois décimos por cento) dias.*

8.2.4.2. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 01% (um décimo por cento) a 10 % (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.3. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,1% (um décimo por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,1% (um décimo por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,1 % (um décimo por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,1% (um décimo por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO], sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].*

Regime de Execução[A2]

9.3. *O regime de execução do objeto será de [empregada por preço global].*

Exigências[A8] de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

- 9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.18. Ato de autorização para o exercício da atividade de autoescola, expedido pelo Departamento Estadual de Trânsito competente, nos termos do art. 156 da Lei nº 9.503/1997 e das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito.
- 9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]
- 9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

- 9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

	Ativo Total
SG =	<hr/>
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
	Ativo Circulante
LC =	<hr/>
	Passivo Circulante

9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.**

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica[A21]

9.38. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.38.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.39. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, qual seja, o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), mediante credenciamento como Centro de Formação de Condutores (CFC), em plena validade.

9.39.1. *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

9.40. Prova de atendimento aos requisitos legais e regulamentares, previstos na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e nas normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A24] .

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.41.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.41.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.42. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.43. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.44. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.45. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.46. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.47. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.48. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.49. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.49.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.49.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.49.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.49.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.49.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.49.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.49.6.1. ata de fundação;

9.49.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.49.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.49.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.49.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.49.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.49.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.112.950,93 (um milhão cento e doze mil e novecentos e cinquenta reais e noventa e três centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima].*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente (Nota de Empenho).*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, o presente Termo de Referência é classificado como informação de acesso público, não se enquadrando nas hipóteses legais de sigilo previstas na legislação vigente.

12.2. Ressalta-se que o documento contém informações de caráter administrativo relativas à instrução de processo licitatório, não envolvendo dados pessoais sensíveis, informações classificadas quanto ao grau de sigilo (ultrassecreta, secreta ou reservada) ou quaisquer elementos que possam comprometer a segurança da sociedade ou do Estado.

Dessa forma, sua divulgação observa o princípio da publicidade, previsto no art. 37 da Constituição Federal, bem como as diretrizes de transparência ativa estabelecidas pela Lei de Acesso à Informação, sendo permitido o seu amplo acesso, ressalvadas eventuais informações pessoais protegidas, caso venham a ser inseridas, as quais deverão receber o tratamento adequado conforme a legislação aplicável.

12.3. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Valença-RJ, 05 de maio de 2026.

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 dias úteis*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (*Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização*), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2.1 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O *prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. O *prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

2.4. A *prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A4] , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

2.4.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.4.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.4.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.4.4. *Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;*

2.4.5. *Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e*

2.4.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).[A5]*

2.5. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.6. *A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.7. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*

2.8. *A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE[A7]

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias corridos*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A8]

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 mês.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15.

3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A11]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. *Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.*

4.1.2. *A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.*

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A12]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A13]

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;[A14]

4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

- 4.1.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.1.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.1.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.1.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.1.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.1.40. *Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[A17]*
- 4.1.41. *Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.*
- 4.1.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.1.51. *Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:*
- 4.1.51.2. *Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.*
- 4.1.51.3. *Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.*
- 4.1.52. *Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.*
- 4.1.53. *Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.*

4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A19]

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A20]

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A21]

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A22]

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL[A23]

- 6.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 6.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*
- 6.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*
- 6.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- 6.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual*
- 6.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 6.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 6.8.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 6.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 6.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 6.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 6.9.3. Indenizações e multas.
- 6.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 6.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A27]

8. ALTERAÇÕES

- 8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A28]

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão /Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUILHERME HORN

Ordenador de Despesas